

1 Introdução

Tive certeza de que deveria me candidatar a um programa de Mestrado quando me deparei, em 2005, com um manual feito pelo SEBRAE sob o título: *Cara Brasileira – brasilidade nos negócios. Um caminho para o “made in Brazil”*, com coordenação de Gustavo Moreli (2002).

O manual partia do pressuposto de que a tradição cultural era um dos principais pontos fortes do Brasil e que somente uma falsa brasilidade se afastaria desta tradição. Seguia-se uma lista do que a instituição considerava como tradições ruins e boas, bem como o que poderia ser considerado como verdadeira “brasilidade”. A intenção final era ajudar os empresários brasileiros a vender seus produtos no exterior explorando as características culturais nacionais, ou seja, exportar clichês em forma de produto.

Não tive dúvidas de que aquele era um enfoque a ser considerado para uma pesquisa acadêmica não só em comunicação, como em outras áreas das ciências humanas. Afinal, se o SEBRAE, que é uma instituição oficial de apoio ao empresário brasileiro, estava trabalhando em prol do reforço de clichês no exterior, que tipo de imagem de Brasil estava sendo veiculada na grande mídia estrangeira?

Ao iniciar o Mestrado, pude rever uma série de teorias ligadas à comunicação e ao jornalismo e, mais especificamente, à questão da verdade no discurso dos jornais.

Como jornalista, ter de falar sobre a verdade, e não sobre uma das verdades possíveis, foi sempre um dever incômodo ligado ao ofício, e fiquei grata em redescobrir que, no campo teórico, esta nunca foi uma questão resolvida.

Logo percebi que não poderia concordar com a teoria da apreensão do real como ele o é (a mesma que deu raízes ao jornalismo moderno), mas tive receio de passar para o lado oposto, e aceitar qualquer versão como uma verdade igualmente válida a todas as outras (o relativismo cultural). Precisava de uma espécie de caminho do meio, e a maioria dos autores citados nesta dissertação me mostrou, de uma forma ou de outra, este difícil lugar teórico.

Desconfiada dos extremos das teorias, fui apresentada a autores que mencionavam as potencialidades, as existências possíveis, os “jogos contra o

aparelho”, e discutiam a dificuldade de se narrar o outro. Neste ponto, encontrei o que precisava para juntar a decisão de falar de Brasil com a decisão de trabalhar com o material *on line* do *New York Times*.

Lendo estes autores, percebi que a forma de narrar é tão importante quanto o que se narra. Tão importante quanto o que se fala do Brasil é como se fala dele. “E como é que um jornal tão tradicional dos Estados Unidos, herdeiro do positivismo, falava do Brasil, apresentado tantas vezes como o outro do ideal de americanismo?” – essa foi a pergunta inicial, que começou a formatar a pesquisa que aqui se apresenta.

Outras perguntas se seguiram a partir daquela: “Como o *New York Times* falaria do Brasil quando o conteúdo da reportagem não estivesse ligado aos ideais de “brasilidade” clichêizados? E como o mesmo periódico narraria assuntos que recaem facilmente em imagens pré-concebidas e idealizadas? A questão de falar do outro se dá mais facilmente, no jornalismo, quando se altera o conteúdo, ou isso somente se dá quando a forma é modificada junto com o conteúdo?”

Minha proposta de pesquisa, quando iniciei o programa de Mestrado, vinha com outro enfoque. A intenção primeira era fazer um estudo comparativo do Brasil de 1900 e o de 2000 registrados nas páginas do jornal americano *The New York Times*.

As comemorações dos 500 anos de descoberta das terras brasileiras e a forma como estas foram registradas no tradicional jornal seriam estudadas juntamente com as comemorações e o registro dos 400 anos, traçando, desta forma, um perfil do Brasil, aos olhos dos americanos, no intervalo de cem anos.

Nesta abordagem, a questão do local e do global em tempos de globalização, bem como a remodelação do papel do Estado-nação na pós-modernidade serviriam como discussão teórica. Entretanto, não foi possível levar adiante esta linha de pesquisa.

Inicialmente, ao escolher o tema, acreditei que teria dificuldades em encontrar reportagens sobre o Brasil no período entre 1900 e 1905. Porém, logo percebi que este não seria o problema. O que impossibilitou a condução desta abordagem foi a maneira como o jornal escaneou as folhas dos exemplares originais.

Fazendo a pesquisa daqui do Brasil, meu único acesso aos exemplares seria por meio da assinatura do jornal *on line*. Assim o fiz. Fiquei surpresa ao ver o

imenso material que tinha em mãos, mas grande parte das reportagens sobre o Brasil não estava legível devido ao péssimo processo de tratamento e escaneamento de imagens adotado pelo periódico.

Resultado: precisava começar a pensar com urgência em um outro tema, mas não aceitaria abrir mão de pesquisar sobre jornalismo, nem sobre a imagem do Brasil no estrangeiro. Procurei em arquivos de jornais europeus, mas também aí encontrei dificuldades em prosseguir com uma pesquisa *on line* séria, já que a maioria deles possui exemplares na internet apenas de períodos mais recentes, além de não disponibilizar todo o conteúdo do jornal impresso (apenas algumas reportagens são selecionadas).

Foi então que descobri que o *New York Times* tinha sido uma espécie de precursor do jornalismo como o conhecemos hoje. Seu modelo serviu como referência de jornalismo imparcial, objetivo e “sério”, em consonância com o paradigma dominante do século XIX. Decidi que não abriria mão da pesquisa com este periódico.

O recorte histórico foi deixado de lado para dar lugar a uma investigação das práticas contemporâneas do jornalismo, especialmente aquele que ainda possui fortes vínculos com os ideais de imparcialidade, objetividade e compromisso com a verdade.

O estudo do jornalismo já perfaz longas décadas, desde que adquiriu o formato moderno, no final do século XIX. Antes mesmo da criação dos cursos de mestrado e doutorado nos anos de 1930, nos Estados Unidos, o campo já mobilizava estudos e debates em torno de suas principais questões, tais como a imparcialidade, a objetividade e o formato padronizado de notícia. Parte dos questionamentos sobre o jornalismo estão inseridos em questões mais amplas da comunicação como um todo, especialmente da comunicação de massa, no entanto, alguns autores já assinalam teorias específicas do jornalismo.

Nelson Traquina (2005) aponta estas teorias, começando pela que se desenvolveu concomitantemente à afirmação da imprensa como negócio, ao final do século XIX e início do XX, período também de amadurecimento da democracia ocidental.

Um novo paradigma da notícia como informação substituíra, aos poucos, o seu uso político-partidário. Conseqüentemente, aos jornalistas se atribuiu a função de observador desinteressado, que apenas deveria relatar os fatos com honestidade

e equilíbrio. A eles só caberia procurar a verdade e contar o que aconteceu, sem emitir opiniões pessoais.

Esta imagem do jornalismo, tido como um espelho da realidade, e as notícias como um produto resultante da capacidade do jornalista em ser imparcial e preciso, marcam fortemente o jornalismo ocidental ainda hoje. Esta concepção, também conhecida como “teoria do espelho”, se inicia com a separação entre fato e opinião nos diários de fins do século XIX, e se vincula diretamente ao pensamento positivista do período, bem como com a invenção da fotografia, que seria capaz de captar o real “como ele o é”.

Para Traquina, a longevidade desta “teoria” poderia ser explicada, em parte, porque “a credibilidade dos jornalistas está ancorada na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que 'reproduzem' o acontecimento na notícia” (Traquina, 2005, p.149).

Apesar disso, a “teoria do espelho” é uma explicação que tem sido posta em discussão por várias outras vertentes de estudos em comunicação ao longo das últimas décadas. Uma das teorias que se opôs à idéia de jornalismo como espelho da realidade é a que Traquina chama de “teoria da ação pessoal”, ou ainda, “teoria do *gatekeeper*”.

Surgido nos anos de 1950, o termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que toma uma decisão numa seqüência de decisões. Baseada no conceito de seleção, esta “teoria” foi desenvolvida a partir de um estudo de David Manning White, que pesquisou a atividade do sr. Gates, jornalista de um periódico americano dos anos 50. White, ao acompanhar a rotina deste profissional, concluiu que o processo de seleção das notícias a serem publicadas era subjetivo e arbitrário. As notícias eram, portanto, um reflexo das pessoas e das suas intenções.

Outros estudos se seguiram a este, reavaliando o trabalho de White, e chegaram à conclusão de que os critérios de seleção de notícias do sr. Gates não eram tão pessoais, e refletiam, na verdade, as normas profissionais do jornalismo. A liberdade do editor estava condicionada a limites impostos pela estrutura organizacional e, portanto, as notícias só poderiam ser compreendidas se houvesse a avaliação do contexto social que interfere em sua produção. Daí o advento da “teoria organizacional”.

Esta nova “teoria” alargou a perspectiva do âmbito individual para o da organização jornalística, inserindo o jornalista em seu contexto imediato - a instituição para a qual trabalha. Os estudos neste sentido alertarão para os constrangimentos organizacionais sofridos pela atividade jornalística e vão considerar que “o jornalista se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo”(Traquina, 2005, p.152).

Esta conformidade com a política editorial organizacional se dá por meio de um mecanismo sutil de recompensa e punição, sem ao menos a empresa precisar expor abertamente seus princípios. Portanto, na “teoria organizacional” a ênfase recai sobre a cultura organizacional, e não sobre a cultura profissional. A notícia seria, desta forma, influenciada pela repartição dos recursos na empresa, que escolhe os fatos que serão cobertos a fim de gerenciar seus recursos humanos e materiais.

As “teorias” do *gatekeeper* e a organizacional surgiram na década de 1950. Já nos anos de 1960, a influência do pensamento marxista, que estimulou estudos sobre a ideologia, e a problematização da linguagem feita pela escola culturalista britânica e a escola semiótica francesa agregariam novos conceitos para o campo da comunicação. Esta última, ao assumir que a linguagem era um objeto no qual se inscrevia o poder e, portanto, de natureza opressiva, entenderá que “falar, e com maior razão discorrer, não é comunicar, como se repete com demasiada frequência, é sujeitar” (Barthes, 1978, p. 13).

Barthes (1978) chegaria a mencionar a palavra “fascista” para qualificar a linguagem, já que tal como o regime político, ela não impediria de dizer, mas obrigaria a dizer. Também segundo o autor, e reafirmando um conceito caro à semiologia francesa, o real não é representável, e por isso, ao mesmo tempo em que pode ser dito de vários modos, o paralelismo entre o real e a linguagem é inexistente.

Estes conceitos trouxeram grandes mudanças nas reflexões sobre os *media*, que se refletiram nas “teorias construcionistas”. Mas nos anos de 1970, as investigações acadêmicas se multiplicaram, de modo que, por esta época, emergem também os estudos de parcialidade (*news bias studies*), que se baseavam em pesquisas sobre ideologia e considerações macroeconômicas para avaliar o papel dos *media*. Eles partiam do pressuposto de que as notícias devem refletir a

realidade sem distorção. A questão central, portanto, era descobrir se houve ou não distorção dos fatos em determinada notícia, aceitando o princípio de que era possível reproduzir o real.

Eram pesquisas baseadas, fundamentalmente, na idéia de que os *media* eram instrumentos de determinado interesse político. Porém, neste cenário, os jornalistas exerciam papel irrelevante, aparecendo apenas como executores da política capitalista e sendo coniventes com as elites. Ainda segundo estes estudos de parcialidade, o conteúdo das notícias seria determinado ao nível macroeconômico, e não meramente em função de posições individuais dos jornalistas ou de suas empresas.

No entanto, um novo paradigma em comunicação se firmava nos anos de 1970, na esteira dos estudos da semiologia francesa e da escola culturalista britânica - a notícia compreendida como construção. De acordo com ele, as notícias não seriam meras distorções da realidade, nem tampouco um espelho desta. Se nos estudos de parcialidade, a teoria das notícias como espelho não é posta em causa; nos estudos construcionistas, a “teoria do espelho” é negada.

Segundo estes estudos, que Traquina denomina “teorias construcionistas”, no plural, já que se desmembrou, ao longo dos anos, em outras vertentes com o mesmo princípio (a “teoria estruturalista” e a “interacionista” também partem do princípio de que a notícia é uma construção social), é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os *media*, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade.

Os *media* estruturam inevitavelmente a representação dos acontecimentos, entre outros, por motivos organizacionais, orçamentários e de recursos humanos, já que não é possível que a imprensa seja onipresente aos acontecimentos. Além disso, como a linguagem neutra é impossível, ela não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos episódios.

A abordagem narrativa das notícias, entretanto, não toma a notícia como ficção. Aquela continua a ter um caráter informativo, apesar de não ser um mero relato, e sim, uma construção. As notícias, ao serem produzidas por pessoas, carregam em si uma carga dos significados culturais e padrões discursivos dos jornalistas e dos profissionais envolvidos em sua escolha, manufatura e publicação.

Traquina recorda que a esta época também a abordagem etnográfica foi

trazida para o estudo do jornalismo. Ao invés de focalizar o produto jornalístico, a etnometodologia priorizava os locais de produção, nos quais os jornalistas poderiam ser observados de perto. Essas pesquisas ressaltaram a importância da dimensão trans-organizacional no processo de produção da notícia e trouxeram a idéia de que as rotinas constituem um elemento crucial neste processo, tornando a atividade cotidianamente viável.

A partir deste cenário, as “teorias” estruturalista e interacionista considerarão as notícias como resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização.

Segundo Traquina, a “teoria estruturalista” é mais macrosociológica, na medida em que enfatiza a função dos *media* de reprodutores da ideologia dominante. Apesar de compartilharem a herança marxista, esta “teoria” se difere dos estudos de parcialidade pelo fato de reconhecer uma autonomia relativa dos jornalistas em relação ao controle econômico direto. No entanto, os *media*, mesmo utilizando-se de sua autonomia e muitas vezes involuntariamente, vêm se transformando num aparelho ideológico de Estado.

Conforme explica Traquina, para os autores desta vertente de pensamento, a construção de uma notícia começa pela estruturação dos valores-notícia, passa pela ideologia profissional dos jornalistas e termina com a forma como este profissional irá “traduzir” determinado fato para seu público.

Na visada estruturalista, o sentido de valor-notícia do jornalista envolve uma orientação para acontecimentos fora da ordem, aquilo que vai contra o conceito amplamente aceito de normalidade. Já o momento da “tradução” é um processo social, constituído por um número de práticas jornalísticas específicas que compreendem, freqüentemente, suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona. “Assim, para os defensores desta teoria, o processo de produção das notícias não só pressupõe a natureza consensual da sociedade como sublinha o papel das notícias no reforço da construção da sociedade como consensual” (Traquina, 2005, p.177).

A *práxis* do jornalismo, que exige que se trabalhe em curto espaço de tempo, e as exigências de imparcialidade e objetividade que recaem sobre os agentes da notícia combinam-se e permitem, juntas, um exagerado acesso

sistemático aos *media* por parte dos agentes detentores de posições institucionalizadas. Ou seja, a elite que tem acesso à mídia passa a ter uma espécie de direito de interpretar primariamente os acontecimentos. São estas pessoas que comandam a interpretação dos fatos e dão o tom, inclusive, das futuras coberturas e debates sobre o tema. Segundo o estruturalismo, é esta relação estrutural entre os *media* e suas fontes que esclarece a questão do papel ideológico midiático.

Já a “teoria interacionista” defende que a seleção dos acontecimentos se dá por critérios de noticiabilidade (*newsworthness*), definidos pela autoridade jornalística. Ou seja, a profissionalização do jornalismo trouxe aos agentes da informação o monopólio da autoridade e da legitimidade para estabelecer a noticiabilidade, os acontecimentos que se transformarão em notícia.

Como os jornalistas lidam com o fator tempo de forma cotidiana e intensa, as empresas do setor estabelecem rotinas que otimizam o trabalho destes profissionais. São estratégias que procuram fazer com que o jornalismo possa ser uma atividade ininterrupta, como regras para lidar com a imprevisibilidade dos acontecimentos, distribuição de recursos humanos e materiais a fim de cobrir áreas-chave da cobertura noticiosa, escrita padrão para otimizar o tempo de elaboração das reportagens, etc. o que acarreta determinada padronização das notícias veiculadas. No entanto, o processo de produção das notícias permanece interativo porque diversos agentes sociais participam ativamente de uma negociação constante.

A notícia, conforme os interacionistas, dá existência pública a um acontecimento e, portanto, possibilidade de criar uma rede discursiva em torno daquele assunto. Existem utilizações diferentes para cada discussão levantada, e diferentes interesses dos mais variados agentes sociais. Isto se traduz numa luta simbólica nas sociedades contemporâneas. O jornalismo, portanto, apesar de ter uma força conservadora, também poderia constituir um recurso para os agentes sociais contestadores.

Revedo estas teorias é notório que todas elas discutem, de alguma forma, a questão da verdade no discurso do jornal e, conseqüentemente, repensam os conceitos de imparcialidade e objetividade tão caros, ainda hoje, no jornalismo. A questão que aqui nos interessa, no entanto, é: “quando este mesmo jornalismo, ainda às voltas com questões iniciadas no século XIX, se vê, na contemporaneidade, tendo que narrar o outro, o que podemos esperar?”

Os valores da imparcialidade e da objetividade fazem parte da história do *New York Times*. Ao mesmo tempo, o mundo a ser narrado não é o mesmo do século XIX. O mundo atual parece comportar verdades, e não a verdade. Diante disso, narrar a alteridade atualmente implica repensar alguns pilares do jornalismo.

Para repensar estes pilares, especialmente a imparcialidade e a objetividade, faço um resgate da história do jornal americano, procurando mostrar sua estreita ligação, desde a fundação até os dias atuais, com os valores do jornalismo moderno. Logo depois, aponto algumas narrativas de Brasil concebidas por brasileiros e as contraponho com reportagens sobre o astronauta brasileiro Marcos Pontes, que representam narrativas contemporâneas de Brasil presentes no *New York Times*.

Em seguida, analiso reportagens de 2006 e 2007, publicadas no mesmo periódico, que tratam do biocombustível produzido no Brasil e outras que se referem a pontos turísticos do país. Elas servirão como base para a investigação da questão da forma e do conteúdo da narrativa jornalística na atualidade.

Portanto, o primeiro capítulo desta dissertação trata da história da imprensa nos Estados Unidos, da formação e do amadurecimento da imprensa moderna naquele país, do surgimento do *New York Times* junto com a *penny press*, bem como ressalta os ideais de jornalismo que este periódico promoveu (a imparcialidade, a objetividade e a busca incessante pela verdade dos fatos) e como eles foram sofrendo pequenas modificações ao longo dos anos.

Há pouco material em português sobre a imprensa americana, de modo que esta primeira etapa de estudo foi baseada, principalmente, na leitura do clássico *História da imprensa nos Estados Unidos*, de Emily Emery (1965), que serviu de referência também para várias outras pesquisas consultadas por mim para a realização deste trabalho. Da mesma forma, a história do jornal americano *The New York Times* que aqui se apresenta teve como referência básica não só o livro de Emery, como o de Gay Talese (2000), *O reino e o poder*, além do próprio material do *Times* disponível na internet. Todos os episódios históricos mencionados por estes livros foram confirmados e explicados por mim com a ajuda do livro de Aquino (1993), *História das sociedades*. Apesar de não ser uma bibliografia ampla, procurei me cercar de obras vastamente difundidas e tidas como referência no assunto.

O segundo capítulo revê algumas leituras de Brasil, como a nacionalista de Alencar, a universalista de Nabuco e a modernista de Oswald e Mário de Andrade, para nos conduzir a uma nova leitura contemporânea, esta construída a partir da trajetória de um novo personagem da história nacional: Marcos Pontes, o primeiro astronauta brasileiro.

O terceiro capítulo analisa algumas reportagens publicadas em 2006, no *New York Times*, cujas pautas se centravam no biocombustível produzido no Brasil. O objetivo é descobrir como o jornalismo tradicional americano traduz experiências sociais diversas quando há um interesse dos americanos no assunto abordado.

Os Estados Unidos estão repensando sua dependência com relação ao petróleo, e por isso têm demonstrado interesse nas experiências brasileiras na área de combustíveis alternativos. Se o respeito pela diferença no discurso jornalístico dependesse apenas de seu conteúdo, é natural que considerássemos, *a priori*, serem estas reportagens atentas e respeitosas com relação às experiências desenvolvidas pelo outro. Para confirmar ou não esta premissa, analisarei estas reportagens.

O quarto capítulo avalia duas séries de reportagens sobre turismo no Brasil publicadas nos anos de 2006 e 2007, no *New York Times*. Apesar de serem pautadas de maneira semelhante, o formato das matérias permitiu que eu tivesse em mãos dois materiais distintos: um mais tradicional e autoritário, outro mais dinâmico e exigindo a participação maior do leitor na construção da narrativa.

O objetivo final da dissertação é observar de que forma o jornalismo contemporâneo pode repensar seus valores tradicionais, como a imparcialidade e a objetividade, e contribuir para uma nova leitura do outro, menos autoritária, mais potencializadora, ao experimentar outras formas de narrar.